

é o próximo passo

Brasil e, para isso, já conclui proposta para área fiscal

Alan Marques

Reforma tributária

Malan afirma que Governo quer atacar, agora, o custo

São Paulo — Após o ajuste no câmbio e as medidas de contenção do consumo, a equipe econômica passará a concentrar os esforços no desmonte do chamado “custo Brasil”. Foi o que deixou claro ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ao colocar a reforma tributária novamente na pauta de prioridades do Governo. “Nenhuma medida isolada é suficiente para equilibrar as contas externas. É preciso fazer de cada coisa um pouco. Não temos outra saída que não a redução dos custos para dar maior competitividade ao nosso produto”, disse o ministro durante palestra a executivos do mercado financeiro.

Malan afirmou que o projeto do Executivo para a reforma tributária se encontra em estágio avançado de elaboração e será enviado à apreciação do Congresso Nacional “em breve”. O projeto terá como objetivo desonerar a atividade produtiva (o “custo Brasil”) e conterà medidas como redução da carga de impostos, dos encargos trabalhistas e das tarifas portuárias. Malan confirmou que o Governo irá propor a desvinculação das receitas. “Hoje, a arrecadação está aumentando, mas como as receitas são constitucionalmente vinculadas a certas despesas, os gastos sobem automa-

ticamente”, reclamou. A nova legislação, segundo ele, deve conter regras “mais nacionalizadas e federalizadas” para o ICMS.

O ministro considerou que as alterações no câmbio terão reflexo mínimo sobre os preços dos produtos fabricados com matérias-primas importadas. Salientou que as empresas já operavam considerando, nos seus cálculos de custos, uma relação de R\$ 0,95 até R\$ 1,00 por um dólar. Malan negou que o Governo tenha pretendido, com o ajuste da banda cambial, resolver de vez o problema dos déficits da balança comercial. “Para reverter o déficit, o ajuste teria que ser de tal ordem que inviabilizaria a estabilização da economia”, explicou.

A desindexação, disse Malan, continua em estudos. O ministro usou a Ufir (Unidade de Referência para o reajuste dos impostos federais) como exemplo da complexidade da questão. “Se a Ufir terminasse agora, traria sérios problemas, pois ela é a referência legal para o cálculo do Imposto de Renda deste ano”, afirmou. Quanto aos salários, informou que a intenção é que o Governo passe a ter mínima ingerência nas negociações entre patrões e empregados.

774